



Imprensa: Um olhar sobre os discursos desenvolvimentistas na Província do Amazonas (1880-1889)

Ludimilla Gomes Pereira¹

INTRODUÇÃO

A pesquisa citada aqui tem por objetivo analisar nos relatórios dos presidentes da província quais eram os empecilhos para a realização de atividades o desenvolvimento para o Amazonas no século XIX. Posteriormente será feita a mesma análise a partir do olhar que a imprensa local fazia dos projetos referentes à realização de tais atividades. Essa última parte ainda carece de mais tempo para ser concluída.

O objetivo é perceber duas falas diferentes acerca do que se levava em consideração para que a província do Amazonas alcançasse o desenvolvimento tal como ocorreu já em outros locais do país. Com os relatórios serão assinaladas as necessidades de melhorias e os empecilhos para tal, já com a imprensa se fará uma análise de como o discurso oficial era encarado por outras esferas da sociedade, se de fato, concordavam com os projetos propostos e se aproximavam da mesma narrativa realizada nos relatórios.

Desenvolver a região. Quase sempre que um líder político se vê na responsabilidade da governança esta é, ou pelo menos em suas falas, uma das principais preocupações demonstradas e que por muitas vezes para atingir esse objetivo muitas são as práticas, atitudes e determinações empregadas por tais líderes na intenção de obter êxito.

No período provincial do Amazonas não foi diferente. Entre os anos de 1852 a 1888, tempo que decorre a província, O Amazonas foi governado por diversos presidentes e todos eles ao final do período de governo deveriam confeccionar um relatório e apresentá-lo à Assembleia Legislativa como forma de demonstrar a situação que a província se encontrava, bem como as atitudes que já tinham sido tomadas na tentativa de solucionar problemas.

Dessa forma, é possível encontrar nos relatórios uma variedade de assuntos que eram tratados e se tais temas mereciam um tópico específico nos relatórios é de se pensar que eles eram, para aquele contexto, considerados essenciais pelos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM.

administradores. Assim tem-se uma variedade deles: Navegação; Colônia; Tesouro; Crimes; Catequese; Alfândega entre outros.

Contudo, um desses temas apareceu em todos os relatórios de forma direta ou indireta, indicando que o mesmo sempre mereceu atenção, bem como que a ele deveriam ser dadas explicações e mostrar em que situação estava. Trata-se da agricultura, na leitura dos relatórios se observa que a atividade agrícola não era apenas um tópico a mais, ela era incentivada e proposta pelos presidentes como uma das atividades que traria desenvolvimento à região. Era uma atividade necessária perante o discurso dos presidentes.

Aqui, a noção de discurso que será utilizada é a conceituada por Foucault. O autor dedicou-se à análise filosófica buscando entender como, nas relações de poder, uma ideia, um indivíduo ou uma instituição se sobressaía sobre as demais. O discurso, para o autor, é utilizado como ferramenta necessária para imposição de uma ideia e para afirmação de uma instituição maior. Afirma que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com desejo e com o poder.” (1971 pg. 10).

Defende que o discurso não é apenas o dito, esquemas de comportamento ou imagens. Ele é um conjunto de padrões coercitivos existentes que visam controlar as relações sociais, para alcançar o objetivo de estabelecer no poder, a produção do discurso segundo o autor:

“É ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (IDEM, pg.08)

O objetivo é perceber nas falas presidenciais as justificativas que esses apresentavam para a implantação da atividade agrícola, os esforços para tal resultado bem como as críticas que eram feitas às atividades extrativistas que apesar de atrair a atenção dos habitantes não eram bem vindas pelos presidentes. A insistência para a implantação desse projeto de desenvolvimento local baseado na agricultura também chama a atenção e se soma aos objetivos do texto a seguir.

Agricultura: o trabalho considerado adequado

Propor a análise da implantação da agricultura nas falas presidenciais é contribuir com a diversificação de temas no campo da história social do trabalho. De acordo com o autor Cláudio Batalha, a partir dos anos 90 a história social do trabalho vem ganhando novos enfoques e perfazendo novos percursos. Um deles se refere ao seu objeto de estudo. O que estuda a história social do trabalho? Diria-se em outros tempos que ela se deveria dedicar apenas à classe de operários fabris, mas atualmente esse conceito está sendo superado.

Hoje, em tese, quase todos os seus praticantes estão de acordo que a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável, que seria necessário incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais. (pg.88. 2006).

Aqui se usará os discursos dos presidentes da província do Amazonas contidos nos relatórios provinciais, não por estar contrariando a necessidade da diversificação de fontes, que é imprescindível para a escrita da história, mas por ter como objetivo a análise do juízo que os presidentes faziam à região, às críticas ao extrativismo, aos costumes locais, à imposição de projetos de desenvolvimento que já eram implantados em outras regiões do país e que, portanto eram considerados adequados àqueles que governavam o Amazonas no período provincial. Percebendo assim, o que aos olhos dos presidentes era o caminho ideal para a região alcançar o necessário desenvolvimento.

Os presidentes tinham seus pontos de vista acerca do que seria adequado para trazer consideráveis lucros à Província, mas as informações a seguir darão conta de mostrar se de fato essas propostas foram acatadas pela população. É preciso eliminar a ideia que os habitantes eram passivos às ideias presidenciais e que recebiam as ordens tal qual elas eram ditadas. E se obedeciam, com certeza faziam ao seu modo. A negação dessa passividade é importante “porque os receptores, de maneira consciente ou inconsciente, interpretam e adaptam as ideias, costumes, imagens e tudo o que lhes é oferecido.” (Burker, 2000 pg. 249).

A intenção é que esse estudo em um momento futuro utilize as falas presentes nos jornais da época provincial. Assim se perceberia como os projetos de desenvolvimento propostos pelos presidentes eram vistos por diferentes grupos sociais. A imprensa, enquanto veículo de informações é capaz de revelar as diferentes opiniões relacionadas aos acontecimentos da época. Como afirma Capelato:

“compete pois, ao historiador fazer reviver os personagens do passado (...) a imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram os nossos antepassados – não só ilustres, mas também os sujeitos anônimos.” (1988 pg. 20).

Em 1851, quando na ocasião² o primeiro presidente, Tenreiro Aranha recebia informações sobre a situação que se encontrava a região, foi mostrado a ele que o imenso território ainda pouco povoado precisaria de inúmeros investimentos para alcançar o desenvolvimento. Assim Fausto Aguiar demonstra a necessidade de se investir em expedições para se perceber a possibilidade de navegação e de aproveitamento das margens dos caudalosos rios.

Igualmente comenta o quanto era necessário investir nas navegações a vapor, por se ela mais rápida e eficiente no transporte de passageiros e mercadorias. Complementa a fala incentivando a emergência em se abrir estradas e de investir em colônias de povoamento, tais colônias teria como principal objetivo a produção agrícola e, portanto deveria receber habitantes dados a tal trabalho, sugere então que venham “alemão ou estrangeiro de boa natureza, agricultores e servos rurais, no local há clima agradáveis, terras altas e muitas águas.” (RPP, 1851 pg.32).

Contudo, na sequência dos relatórios percebe-se que a intenção de se desenvolver a agricultura na região não será de fácil execução nem mesmo alcançar resultados notáveis. É claro que a agricultura não era de um todo nula na província, mas ela não ocupou consideráveis posições na economia provincial mesmo que se perceba que alguns investimentos foram feitos na tentativa de alavancar tal atividade.

Para Foucault um elemento que interfere na influência de um discurso é vontade da verdade, ela tira de engajamento aquilo que está fora de questão. Para que um

² O primeiro relatório trata-se daquele que Fausto Aguiar, presidente da província do Grão-Pará escreve para Tenreiro Aranha, este foi o primeiro presidente do Amazonas após ela se desmembrar da província do Grão Pará. 9/12/1851.

discurso seja tido como verdadeiro ele precisa responder a um determinado padrão de regras, como se percebe na seguinte afirmação:

Era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual a sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim como o destino. (1971 pg. 15).

Assim, os discursos dos presidentes, foram por inúmeras vezes considerados os verdadeiros. Diante da historiografia tradicional, por exemplo, o que estava escrito em um documento de cunho político, apresentado em uma Assembleia Legislativa e de caráter oficial, já bastava para que ele fosse considerado como fonte fiel. Daí a importância de utilizar outras fontes para cruzar informações e perceber outras narrativas sob o mesmo fato.

Para os presidentes um dos caminhos possíveis para implantar a agricultura com sucesso seria a formação de colônias de povoamento. Elas deveriam ser habitadas por pessoas acostumadas ao trabalho agrícola, propuseram até que fossem imigrantes como já exposto, eles deveriam receber terras e sementes subvencionados pelo governo local.

Outros trabalhadores eram temporariamente instalados na capital até que fossem enviados para alguma povoação e iniciar a produção de gêneros agrícolas. Em alguns casos esses trabalhadores eram cearenses que recebiam incentivos do governo provincial.

Foi o que ocorreu em 1878, em virtude da seca no Ceará, muitos foram aqueles que fugindo de tal situação climática aproveitaram a concessão de passagens pelo governo do Amazonas, ao aqui chegarem foram contemplados com pequenas extensões de terras e também sementes para o início da atividade agrícola. Eles deveriam ser auxiliados enquanto não pudessem tirar lucros em suas atividades:

(...) aqueles, que procuraram estabelecer-se nas colônias de Santa Izabel e Maracajú situada na estrada que fica ao norte desta cidade e nos outros lugares para onde são dirigidos, abona-se uma diária e lotes de terra, devendo essa diária cessar logo que possam tirar os recursos necessários de suas plantações.(Falla à ALPA pg. 43.1878).

Na leitura dos relatórios é possível perceber a formação de algumas colônias de povoamento que seriam destinadas à agricultura, estão entre elas as colônias de

Maracajú, Santa Izabel, Mauá, Tefé e Itacoatiara. Contudo, as informações encontradas demonstram que nem todas tiveram o desenvolvimento esperado. Em 1858 em Itacoatiara o presidente Angelo Amaral escreve que tal local “não tendo sido cultivado, acha-se quase todo em mato”. (RPP, 1858, pg.54)

De igual forma em 1883 no Relatório apresentado a Assembleia Provincial tem-se:

A colônia de Maracajú e Santa Izabel de fundação recente nas proximidades desta capital, e onde já estava em bom pé a lavoura de *canna de assucar*, da mandioca, de milho, etc, acham-se completamente abandonadas. O mesmo tem acontecido nas situações do interior, onde veem-se em abandono as roças. (RPP, 1883, pg.69)

Como se percebe, mesmo com os poucos investimentos e tentativas dos presidentes, essas colônias acabavam por ser abandonadas ao longo do tempo. Ataque de formigas saúvas; ocorrências climáticas; casos de epidemias; pragas, etc. Esses eram as principais explicações nas falas presidenciais que justificam o baixo rendimento da agricultura e o abandono das terras, fato que muito incomodava os gestores.

Em outros relatórios, fica claro que além das situações citadas acima, houve presidente que acrescentou que a agricultura não se desenvolvia devido à “ociosidade” e “falta de animosidade” da população. Nas palavras do presidente Joaquim Machado em 1889 tem-se:

É a pesca uma das principais atividades no litoral desta província por ser abundante de pirarucu e tartaruga que em geral é a alimentação da pobreza e como é fácil obterem tal sustento são as outras partes dos seus habitantes ineptos para qualquer outro serviço. (RPP, 1889, pg.104)

Foucault (1971 pg.30) afirma que o discurso é controlado e delimitado por procedimentos externos e internos. Nesse ultimo, um dos elementos que influência na eficiência do discurso é o próprio autor. Para Foucault, o autor precisa dar unidade a tudo que escreve, ou seja, agrupar tudo que escreve à uma explicação. Entretanto por algumas vezes nesse possa conter fatos ou informações fictícias.

Colocar culpa na “ociosidade” dos habitantes era uma tentativa de encontrar uma explicação para o fato de que a atividade agrícola não se impulsionou no Amazonas. Os autores, presidentes, munidos pelo fator de sua fala ser considerada verdadeira por

todos, atribuíam explicações equivocadas para o fracasso de não conseguirem estabelecer a agricultura na região.

Os presidentes da Província do Amazonas podem entrar numa classe que Foucault chamou de “sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem dos discursos se não satisfizer a certas exigências ou se não for iniciado qualificada para fazê-lo” (Idem pg.37). Ou seja, mesmo que nos relatórios haja falas que culpam a população pelo fracasso da agricultura, à época da fala essa era a verdade e os historiadores precisam estar atentos para não tomarem tais informações como absolutas verdades.

A preferência da população, conforme os relatórios eram em favor das atividades extrativistas. Porém tal atividade foi por vezes criticada nos relatórios. Dizia-se em 1860 que o “ extrativismo leva os habitantes para a vida erradia” (RPP, 1860, pg.23) e que naquele ano a agricultura encontrava-se “estacionada” Essa preferência da população para tais atividades causavam estragos locais.

Ella é como a mineração, atrae, seduz, excita immigração em grande escala, enriquece os que a ella se dedicam, traz avultados dízimos ao estado, mas é uma fonte que se estanca, e com ella se exaure a prosperidade que cria. (RPP, 1873 pg.45).

É notório nos relatórios as informações acerca do crescimento gradual das atividades extrativistas. A principal delas era a extração do látex ou goma como se verifica nas falas, o preço desse produto crescia gradualmente e atraía a atenção dos habitantes fazendo que os mesmos se dedicassem cada vez mais a essa atividade. Até aqueles os habitantes de outras regiões que mesmo trazidos pelo governo para se empenharem na agricultura, acabavam por abandonar as plantações e se dedicarem a extração da goma.

A razão maior estava no preço do produto em questão, em 1873 a informação era que a goma valia o triplo do peso do café. Mesmo o extrativismo trazendo benefícios nas receitas da província devido a crescente demanda no mercado externo, ainda assim a agricultura se mantinha nas falas provinciais como essencial e necessária. A preocupação se reside no fato do Amazonas precisar exportar os principais produtos para alimentação.

Dessa forma a província necessitava comprar, principalmente do Grão-Pará uma grande quantidade de produtos considerados de primeira instância. Em razão da

distância e das dificuldades de transporte esses alimentos chegavam avaliados em altos preços. Para os presidentes o Amazonas deveriam produzir os próprios alimentos tal qual acontecia em outras regiões do país.

Na opinião dos presidentes, atrair habitantes de outros locais seria uma forma de impulsionar a agricultura já que os daqui, conforme as falas presidenciais, não agiam assim. Em 1876, mesmo a goma elástica estar alcançado altos preços o presidente Antônio Passos propõe um solução para a conquista de braços que se dediquem à lavoura. Seria necessário “(...) contratar famílias estrangeiras para esta província dando no primeiro ano alimentação e casa e terras a um menor preço para serem pagas por prestação ou prazos” (RPP, 1876, pg.94)

Essas falas demonstram que o abandono das atividades agrícolas não era tolerado pelos presidentes, que culpavam a população pela falta de interesses, para eles o problema se resolveria a partir do momento que populações mais acostumadas à agricultura viessem para o Amazonas. A atividade extrativista incomodava os gestores pelo fato dela dispersar os habitantes pelo imenso território e nisso não havia credibilidade.

Desenvolver a província era um assunto que ocupou a preocupação de muitos presidentes, acreditar que a agricultura seria um bom caminho está presente em muitas falas e algumas atitudes surgem no contexto. Um dos presidentes foi pessoalmente falar com um proprietário de terras para tentar convencê-lo a investir na plantação de algodão. Ele mesmo escreve com satisfação ao saber o resultado da tal conversa.

Fez a pouco tempo, em um dos extremos desta cidade, uma pequena plantação, e o desenvolvimento admirável que tem tido está patenteado a todos os olhos a excelência desta terra e deste clima, para semelhante gênero de agricultura (...) não receio que o algodão ocupará um novo lugar, embora modesto. (RPP, 1866, pg.14).

Foucault afirma que o discurso quando utilizado por uma instituição objetivando o poder, acaba produzindo elementos que o reafirmam e o mantém como força. Esses elementos são chamados de enunciados. Os enunciados não estão nem dentro e nem fora dos discursos, mas nos interstícios, no limite dos signos, eles se emergem quando analisamos as regras que forma um discurso. O discurso é, portanto “um conjunto de enunciados que apoiam em uma mesma formação discursiva”. (1969 pg. 41)

Assim, é possível observar que enquanto a agricultura era proposta nos relatórios presidenciais alguns enunciados surgiam como forma de reafirmar o discurso que a atividade agrícola era a única forma adequada para trazer o desenvolvimento para a região.

Enunciados que diziam: que o Amazonas devia seguir o exemplo das regiões mais desenvolvidas do país; que a Atividade extrativista logo se estancaria e deixaria o Amazonas em prejuízos; que um território tão vasto deveria ser mais bem aproveitado com a agricultura; que o imigrante deveria trabalhar aqui, já que o habitante local não se interessava pelo plantio.

O discurso segundo Foucault (1969) possui uma história, para estudá-lo é preciso isolar os enunciados e analisá-los separadamente buscando perceber as razões e os fatos que relacionados explicam a existência e a permanência de tais enunciados.

Existem nos relatórios informações que ajudam a somar as causas que explicam o fato da atividade agrícola não ter tido importância econômica na época provincial. Inicialmente havia a questão dos poucos recursos disponíveis para serem aplicados em diferentes necessidades por diversas vezes há petições ao governo imperial para que zele por essa questão.

Como já exposto, uma das intenções de desenvolvimento seria trazer braços de outras regiões do país, porém sabia-se que isso gerava muitos gastos. Subvencionar as passagens, a estadia, a concessão de terras, equipamentos e sementes, geraria inúmeros gastos à província. Daí a existência de falas que pedem o auxílio do governo imperial. Daí uma explicação para o fato da agricultura não ser avultada na província.

Havia também o problema da ilegalidade das terras. A maioria das que eram ocupadas, que delas já se extraía algo de lucrativo, não tinham documentação, ou seja, eram irregulares. Por outro lado a agricultura era uma atividade que demandava um longo tempo de trabalho. Daí a insegurança em investir em algo duradouro em cima de um local irregular. Como se percebe abaixo:

Sem a absoluta segurança da propriedade, tanto no presente como no futuro, não há agricultura que progrida, ou se aperfeiçoe e onde uma não existe fundada e garantida, também não pode viver a outra (...) é tempo de se fixar séria atenção sobre o assunto. (RPP, 1860, pg.40).

A demarcação de terras tinha um alto valor e nem todos se interessavam em proceder de maneira legal para obter. A questão da territorialização e os problemas de demarcação ficaram mais claros no trabalho do autor Davi Leal em 2013³. Nele são mostradas certas dificuldades tais como os processos judiciais onde se percebiam partes discutindo a posse de terrenos.

Para que uma demarcação ocorresse, inicialmente a parte interessada deveria entrar legalmente com um pedido para início formal do processo. Posteriormente era publicado na imprensa local o dia da demarcação, as terras reclamadas, as medidas solicitadas e a parte interessada. Assim aqueles que se sentissem prejudicados por terem suas terras violadas deveriam procurar os meios legais para evitar a tal demarcação.

Foi aí que muitos indivíduos acionaram o poder judiciário, na tentativa de mostrar que muitas demarcações passavam por terras alheias. Moradores de beiradões reclamavam a posse de terras da comunidade, assim como os acirramentos se davam entre proprietários de terras diferentes.

A situação se agravava quando os próprios representantes dos Estados agiam de forma a prejudicar as receitas provinciais. Os agrimensores eram os técnicos responsáveis pelas demarcações de terras, mas nem sempre eles se mostravam eficientes para auxílio do governo.

De acordo com o regimento das demarcações as terras consideradas alagadas não podiam ser taxadas, ao contrário suas medidas eram descontadas do tamanho da propriedade fazendo o valor do imposto abaixar. É aí que entrava a ação dos agrimensores, houve casos que em uma propriedade 95% das terras foram consideradas alagadas.

No caso da Província do Amazonas, a presença destes profissionais se estabelece gradativamente desde a década de 1850. No final do século XIX, observa-se atuando na capital e interior do Estado, engenheiros agrônomos, agrimensores, engenheiros civis, ferroviários e militares. (LEAL, pg.82. 2013)

³ A tese de Davi Leal trabalha o processo de territorialização no Rio Madeira. Nela o autor demonstra as formas que influenciaram para a ocupação das margens e terras, entre elas: A atitude dos agrimensores, Sistema de herança, Conflitos pelas terras indígenas, e o sistema de tutela dos indígenas. O autor relata como cada um desses pontos foi fundamental no desdobramento de ocupação. O recorte temporal foi de 1861 a 1932, ou seja, engloba uma parte do período provincial, mas é grande valia para entender a importância e a necessidade da legalização das terras já nesse período.

Mesmo após o período provincial a legalização das terras continuou sendo com importantes considerações. A cobrança de taxas aumentava as receitas provinciais, portanto essa necessidade não poderia ser negligenciada. Contudo, as legalizações que se completaram foram para garantir a posse de seringais e castanhais e não para a finalidade exclusivamente agrícola como era o desejo dos presidentes.

O fato é que agricultura no período provincial, de acordo com as falas presidenciais não alcançou resultados satisfatórios. Em contrapartida, a atividade extrativista que por vezes foi criticada e taxada até como prejudicial à sociedade foi a que trouxe lucros e investimentos ao Amazonas em tal período. Em um dos últimos relatórios em 1883, o presidente José Paranaguá sugere a junção daquela atividade considerada adequada com aquela que trazia lucratividade, para ele apesar das críticas, o extrativismo podia se transformar a sociedade:

Ela (extração) consiste em fixar e condensar em certas populações extremamente disseminadas, em despertar o amor ao solo nesses milhares de imigrantes e naturais, que por aí arrastam uma existência nômade, em fundar melhor a propriedade, em garantir o império da lei e a ação da justiça, em proporcionar enfim todas as vantagens da vida social. (RPP, 1883, pg.45).

Seria interessante indagar a razão pela qual os presidentes não encararam, desde o início, a extração da goma elástica como uma atividade de aspectos positivos para o Amazonas. Contudo, nas falas destes encontram-se algumas explicações. Muitos presidentes temiam o dia que a atividade extrativa iria se esgotar e com ela a lucratividade.

Para a extração da goma era necessário se dispersar pelas florestas e as árvores eram longe uma das outras, isso incentivava o despovoamento das povoações. Além disso, àquela época não havia muitas técnicas quanto a extração do látex, fazendo que muitas árvores se tornassem improdutivas depois de um certo tempo. Esses fatos somados faziam que a atividade extrativista não alcançasse credibilidade diante dos presidentes.

É importante destacar que eles, os presidentes, em sua maioria eram provenientes de regiões onde a agricultura era a atividade mais lucrativa, portanto queriam elas que aqui o mesmo se repetisse. Não entenderam as particularidades da região, nem mesmo as práticas tão comuns dos habitantes. Daí o motivo de se encontrar

falas descaracterizando os costumes e outras propondo a vinda de outros grupos como solução do “desinteresse” pela agricultura.

Entender que os presidentes não eram habituados aos costumes da população local e que naquele contexto em outras regiões do país a atividade agrícola era palavra de ordem no quesito desenvolvimento influencia na melhor compreensão de suas falas.

A história do trabalho, tais como outros campos historiográficos não podem ser analisados separadamente ou como Silva Petersen afirma “a história operária não pode ser regional ao passo que ela necessita de informações que postas isoladamente não trazem sentido algum” (pg.133 1997).

Dessa forma, mesmo que o texto enfoque nas tentativas de desenvolvimento regional na tentativa de obter crescimento econômico para região outros campos historiográficos não podem passar como despercebidos. Enquanto a agricultura era proposta, os discursos mostram que os hábitos e as preferências de trabalho dos habitantes locais eram criticados e mal vistos pelos presidentes, tanto que os mesmo desejavam sempre trazer imigrantes.

A cultura local também foi alcançada pelos discursos de desenvolvimento. Cultura entendida é aqui não apenas como forma de comportamento, mas como defende Gueertz “um sistema entrelaçado de signos (...) ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (1990 pg. 24).

Dessa forma, é importante se atentar para as formas que a cultura local era percebida pelos presidentes. A explicação para o fracasso da agricultura residia no desinteresse da população, contudo essa não pode aceitar explicação verdadeira. Como já mostrado acima outros fatores estavam relacionados e influenciava essa mesma questão.

Ao passo que a história do trabalho se expandia em campos e recortes, (Batalha 1990) preocupou-se em analisá-la considerando outros fatores mais totalizantes como a política. Isso foi chamado de retorno à história com temas tradicionais. Contudo para Claudio Batalha (2006 pg.3) o termo retorno não cabe nesse contexto “já que não se trata de uma simples retomada do que era feito antes, mas novas maneiras de trabalhar com recortes julgados ‘tradicionais’.”

CONCLUSÃO

Trabalho na província do Amazonas é um tema que carece de mais pesquisas. O objetivo aqui foi perceber como a agricultura enquanto sugestão de trabalho ideal para o desenvolvimento da região foi proposto pelos presidentes.

Em suas falas a agricultura era mais que uma sugestão para o crescimento local, por vezes ela foi colocada como uma obrigação da qual os habitantes daqui, acostumados ou não, precisavam entender e valorizar também. O extrativismo, que de fato os interessava não foi bem aceito nem mesmo quando seus produtos lideravam as tabelas de vendas externas e garantiam lucros, como já dito, os presidentes tinham certos temores.

Seria interessante, no futuro dessa mesma pesquisa, perceber os projetos de desenvolvimento não apenas nas falas presidenciais, mas também fazendo uma comparação com a imprensa. Essa fonte é capaz de disponibilizar outros tipos de falas, de diferentes grupos e interesses, isso traria uma compreensão maior dos fatos.

Utilizando a imprensa haveria uma possibilidade de saber como esses projetos de desenvolvimento, principalmente da implantação da agricultura era percebido pelos grupos sociais que havia na província. Além disso, fica a expectativa de aumentar as informações dos que optaram ou pelos menos tentaram investir na indústria agrícola, modo de organização, atuação etc. assim, se expandiria as informações de um recorte que ainda carece de estudos.

Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **História do Trabalho: Um olhar sobre os anos 1990**. História (São Paulo), v.21, p.73 -87. 2002.

_____. **Os Desafios Atuais na História do Trabalho**. Anos 90. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

BURKER, Peter. Variedades de História Cultural. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2000.

CAPELATO. Maria Helena Rolim. **A Imprensa na história do Brasil**. São Paulo. Contexto/EDUSP, 1988.

FOUCAULT. Michael. **A Arqueologia do Saber**; tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1969.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo. Edições Loyola. 1971.

GUEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC. 2008.

LEAI, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)**. Tese (doutorado em História) - Manaus: UFAM, 2013.

PETERS EN, S. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, A. M. C. (Org.) **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997 a. p.85-103.

Relatórios Provinciais

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manaós, Typ. Do Amazonas. 1883.

Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da 1.a sessão ordinária da 5.a legislatura no dia 3 de novembro de 1860 pelo 1.o vice-presidente em exercício, o exm.o senr. dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda. Manáos, Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1860.

Relatório com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda entregou a administração da província do Amazonas ao illm. e exm. sr. tenente coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1865.

Falla dirigida [sic] á Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas na segunda sessão da 11a Legislatura em 25 de março de 1873 pelo presidente da província, bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos, Typ. do Comércio do Amazonas de Gregório Joze de Moraes, 1873.

Relatório apresentado ao exm.o sr. dr. Agesiláo Pereira da Silva, presidente da província do Amazonas pelo dr. Domingos Jacy Monteiro, depois de ter entregue a administração [sic] da província em 26 de maio de 1877. Manáos, Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1878.